

FUNDAÇÃO BANORTE

Com você

INFORMATIVO BIMESTRAL DA BANORTE – FUNDAÇÃO MANOEL BAPTISTA DA SILVA • MAIO | JUNHO 2014 • ANO 6 Nº 31

À frente das normas que **regem o sistema**

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é um órgão fundamental para o avanço do setor no Brasil. Em suas reuniões trimestrais, são discutidas e formatadas as regras que vão guiar o funcionamento das entidades em todo o país. Reginaldo José Camilo, diretor da Fundação Banorte, é um dos oito membros titulares do CNPC, presidido diretamente pelo ministro da Previdência Social. Às vésperas de concluir sua atuação no órgão, após dois mandatos consecutivos, Reginaldo falou ao **Com você** para explicar como funciona esse Conselho e sua importância para o dia a dia das entidades. Confira os principais trechos dessa entrevista:

Eduardo de Sousa



Os participantes precisam conhecer os benefícios, limitações e vantagens de seu plano. Ele será seu companheiro no futuro! ”

REGINALDO JOSÉ CAMILO

É diretor da Fundação Banorte e atual superintendente de Finanças do Itaú Unibanco, onde atua desde 1979.

O que faz o CNPC?

O CNPC foi criado em março de 2010 com a função de órgão regulador. Ou seja, ele cuida das normas e regras que regem o setor. Para que os vários temas sejam observados de maneira ampla e plural, o Conselho conta com um representante da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, das entidades fechadas de previdência complementar (vaga que ocupei por dois mandatos, por indicação da Abrapp), dos patrocinadores e instituidores e dos participantes e assistidos de planos de benefícios. Todos os membros efetivos têm seus suplentes.

Como um assunto se torna tema de uma reunião do CNPC?

As propostas de resoluções ou recomendações podem ser

formuladas pelo ministro da Previdência Social que preside o Conselho, pelo secretário de Políticas de Previdência Complementar, pela Diretoria Colegiada da Previc ou por três membros do CNPC. As discussões partem sempre do princípio que o Conselho é um órgão regulador, cujo papel é, juntamente com a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, ser um fomentador, um indutor de macropolíticas para desenvolver o sistema de previdência complementar em nosso país a partir de uma estrutura legal moderna e compromissada com o crescimento do setor.

Qual é a importância para a Fundação Banorte e para as entidades como um todo de ter um representante no CNPC?

Em primeiro lugar, essa representatividade atende ao aspecto de pluralidade que mencionei. A importância para a Fundação Banorte e para a Abrapp (e, portanto, para todas as entidades que fazem parte dessa associação) é poder >>

adquirir conhecimento e compartilhar nossos entendimentos, eventualmente até influenciando o debate com nossas ideias, desde que sejam defensáveis, justas e legais. O modelo do CNPC possibilita o intercâmbio de visões entre os diversos *players* do sistema: o governo, diferentes órgãos públicos, entidades, participantes e assistidos. Enfim, trata-se de um aprendizado constante que assegura que cada aspecto seja analisado a partir de múltiplas percepções. Nosso papel, por exemplo, é apresentar a experiência concreta das entidades, contribuindo com sugestões que ajustem as regras e normas à realidade que vivemos. O representante da Previc colabora com o olhar do órgão de supervisão que irá fiscalizar a aplicação das regras. E assim por diante...

Qual é a abrangência dessas normas?

Elas tratam dos mais diversos temas. Um exemplo muito relevante foi a norma editada no final de 2012 que determinava que as entidades reduzissem a taxa de juros atuarial em 0,25% ao ano, fazendo com que o limite caísse de 6% para 4,5% até 2018, a partir da observação da taxa mais aderente ao seu processo.

Essa decisão refletia o cenário de juros mais baixos da economia à época e tinha o objetivo de induzir os dirigentes a adotar premissas mais adequadas àquela realidade. No entanto, ao longo de 2013, em função de uma abrupta mudança de cenário e da conjuntura econômica brasileira e mundial, as taxas de juros no Brasil voltaram a subir, levando o CNPC a reabrir as discussões.

Assim, ao final de 2013, o Conselho editou uma nova resolução alongando os prazos para a implementação de planos de equacionamento de déficits, em consonância com a visão de longo prazo necessária aos planos de previdência. Esta mudança de cenário também levou o CNPC a constituir uma nova comissão temática para, de uma forma mais ampla, analisar os reflexos das oscilações das taxas de juros no mercado sobre a precificação de ativos e passivos, seus efeitos na geração de déficits e/ou superávits e ainda os aspectos de solvência dos planos. Outro exemplo recente diz respeito à retirada de patrocínio.

Do que trata especificamente essa norma de retirada de patrocínio?

Ela foi editada em maio de 2013 e substituiu a norma mais antiga válida para o setor no país que era de 1988. Esta regra envolveu um debate muito intenso, inclusive com a criação de uma comissão temática no âmbito do CNPC. Foram quase dois anos até se chegar ao texto editado que também é bem mais condizente com a realidade de hoje, com novas opções de transferência dos recursos que atendem melhor às atuais necessidades das patrocinadoras e dos participantes.

Com a experiência no CNPC e em seus 24 anos na Abrapp, como diretor e conselheiro da entidade (atualmente, vice-presidente do Conselho Deliberativo), qual sua avaliação da previdência complementar hoje no Brasil?

Nos países em que a previdência complementar foi considerada uma prioridade de governo, seu crescimento foi notável. No Brasil, ainda estamos dando conta de questões mais primárias com uma faixa maior da população saindo de uma situação de consumo básico (por vezes, nem isso) para um consumo um pouco mais sofisticado. Deverá chegar um momento em que haverá um excedente de recursos para investimento em poupança previdenciária. Mas é preciso sensibilizar e educar as pessoas para isso.

Como é possível fazer essa sensibilização?

Temos que lutar contra a dificuldade do brasileiro de pensar no longo prazo. Em nosso país – até por questões culturais – parece não fazer muito sentido a fábula da formiga e da cigarra. Mas deveria ser um exemplo essencial para todos: guardar para os momentos nos quais teremos maior dificuldade para conseguir mais recursos. Já evoluímos muito, com certeza; no entanto, ainda temos um longo caminho pela frente para criar uma poupança previdenciária significativa como indivíduos e como país. Penso que, para mudar esta situação, será necessária uma ação coordenada para o desenvolvimento da educação financeira e previdenciária pela sociedade brasileira, algo que já existe, mas é tratado apenas em alguns segmentos da sociedade. Este, sem dúvida, será o primeiro passo para desenvolvermos uma cultura previdenciária, especialmente entre aqueles que não contam com um plano.

Qual sua recomendação para o participante de um plano de previdência complementar?

Aqui também cabe uma reflexão quanto à educação financeira e previdenciária ou cultura previdenciária. Já fiz várias palestras, encontros e reuniões e vi que muitas pessoas não conhecem o sistema previdenciário brasileiro, nem mesmo aqueles que participam de algum plano de previdência complementar. A maioria desconhece o Regulamento de seu plano e, portanto, não sabe o que lhes espera no futuro. Nós, participantes, devemos assumir a responsabilidade pela construção do nosso futuro, pensando especialmente nas nossas vidas após a aposentadoria. Costumo fazer uma analogia: já tem “alguém” hoje na sua vida que vai passar o resto dos dias ao seu lado – o seu plano de previdência – e você nem liga para ele. Não quer saber se é bonito, feio, gordo, magro... É preciso conhecer seus benefícios, coberturas, limitações, vantagens. Relacione-se com seu plano. Ele será seu companheiro no futuro (e talvez o único)! //

Qualidade de vida na aposentadoria

DR. MARCOS CABRERA



Na próxima edição, você confere uma entrevista exclusiva com o médico Marcos Cabrera.

No dia 5 de junho, foi realizado o 17º Encontro das Associações, Conselheiros e Representantes dos Comitês de Planos, promovido pela Banorte em parceria com as demais entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco. Desta vez, o tema foi “Como conseguir uma vida boa na aposentadoria”, abordado com muito conhecimento e bom humor pelo palestrante, o médico Marcos Cabrera, geriatra e professor associado da disciplina de Geriatria na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná.

Na apresentação, o doutor Cabrera falou sobre o papel da aposentadoria na história de vida, apresentou estudos sobre a importância do trabalho na saúde e na identidade humana e abordou as principais estratégias para uma longevidade com sucesso, destacando as possibilidades da maturidade. Segundo o especialista, “a qualidade de vida na terceira idade depende de muitos fatores, mas tem uma característica marcante: nós somos capazes de formatar a nossa velhice”. //

Novo horário de atendimento

Desde 5 de maio, o atendimento pessoal e telefônico da Banorte está sendo realizado, de segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. A mudança é uma das oportunidades de melhoria identificadas nas Pesquisas de Satisfação anuais, promovidas para ouvir os assistidos e analisar suas demandas. O novo horário - padronizado em todas as entidades de previdência do Itaú Unibanco – não tem interrupção do serviço no período do almoço. //

Feliz aniversário!

Além de cuidar da festa para os amigos e familiares, se este é o mês do seu aniversário, pense também em seu recadastramento obrigatório junto à Banorte. Fique de olho: a entidade envia correspondência no mês anterior com todos os procedimentos a serem seguidos. Os assistidos que não responderem nos prazos previstos podem ter seus benefícios suspensos até a regularização do processo. //

OUVINDO VOCÊ

A Banorte está pronta a ouvir os participantes, atender suas necessidades e aperfeiçoar seu atendimento.

Para contatar a entidade, você pode utilizar o canal de relacionamento de sua preferência:

Pessoalmente

De 2ª a 6ª feira – das 10h às 17h*
Av. Rui Barbosa, 251 – 4º andar
Ed. Parque Amorim | Graças
CEP 52011-040 | Recife – PE

Por telefone ou FAX

De 2ª a 6ª feira – das 10h às 17h*
Fones 81 3413-4869 / 4859
Fax 81 3413-4868

Pela Internet

CANAL FALE CONOSCO
www.fundacaobanorte.com.br

Envie sua sugestão de matéria para o Canal Fale Conosco. Participe!

*Horário de Brasília.

CAÇA - PALAVRAS

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é um órgão essencial para a evolução do sistema no país. Confira a matéria sobre seu funcionamento na capa e na página 2 desta edição e procure, no quadro ao lado, as palavras relacionadas com o tema. Elas podem estar tanto na horizontal quanto na vertical.

1. Regulador
2. Normas
3. Representantes
4. Pluralidade
5. Ministro
6. Compartilhar
7. Fomento
8. Conhecimentos
9. Debates
10. Prioridades

A	C	I	M	E	N	T	O	S	N	E	A	T	M	A	C	B	N	T	O	S
O	P	U	N	O	R	M	A	S	P	R	E	S	T	U	M	I	N	R	A	C
C	A	M	P	A	R	O	M	T	L	J	U	P	Ç	Ã	E	T	R	E	I	O
R	M	O	M	E	N	T	O	P	U	F	O	M	E	N	T	O	O	G	D	M
O	D	E	B	A	T	E	S	B	R	C	I	T	E	A	D	A	B	U	P	P
M	A	S	S	U	N	T	D	P	A	D	E	B	A	T	C	N	A	L	R	A
O	P	A	D	E	P	L	U	R	L	L	I	D	D	S	O	I	D	A	D	R
V	E	P	A	T	U	O	M	I	N	I	S	T	R	I	N	R	U	D	P	T
N	C	L	U	I	T	E	F	O	R	R	O	E	D	A	H	I	D	O	S	I
R	O	E	A	T	S	E	M	R	P	A	R	T	I	L	E	S	O	R	P	L
U	M	P	L	U	R	A	L	I	D	A	D	E	S	T	C	R	M	P	L	H
S	P	R	I	O	R	I	Ç	D	E	S	M	A	T	N	I	S	S	O	U	A
N	A	N	O	R	M	Ã	M	A	T	A	N	U	S	O	M	N	T	A	R	R
U	R	O	N	H	E	C	I	D	O	M	A	H	T	U	E	L	A	R	A	S
R	T	R	E	G	U	L	A	E	D	O	R	O	M	I	N	I	S	A	L	O
A	I	T	M	M	I	N	I	S	T	R	O	S	A	M	T	P	O	T	U	M
S	R	C	O	N	H	E	C	I	M	N	T	O	L	P	O	R	E	O	D	U
U	M	R	E	P	R	E	S	E	N	T	A	N	T	E	S	E	N	T	O	O
P	R	I	O	R	R	D	A	D	E	P	I	D	A	D	E	P	R	I	O	U

INSS alerta aposentados e pensionistas

As denúncias podem ser registradas:

- **Pelo telefone** 135
- **Via site** www.previdencia.gov.br > Ouvidoria > Auto-Atendimento > Cadastre sua manifestação > Selecione o item "Denúncia"
- **Por correspondência** PREVCartas - Caixa Postal 09714 – CEP 70040-976

O Ministério da Previdência Social fez um alerta recente para a ação de estelionatários que vêm atuando com um novo golpe na região metropolitana de São Paulo, mas podem estar agindo em outras regiões do estado e do país. Um pensionista do município de Santo André recebeu em sua casa o boleto de uma suposta taxa administrativa do INSS que, se não fosse paga, levaria à suspensão do benefício. Desconfiado e com receio de perder a pensão, o segurado procurou uma agência da Previdência Social, onde foi informado que se tratava de uma fraude e não deveria realizar o pagamento.

A carta tinha como remetente a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev) e informava sobre um suposto

"recadastramento nacional das informações previdenciárias". O falso documento trazia também alguns dados pessoais do beneficiário, o que pode confundir ainda mais os destinatários.

Os especialistas do Ministério advertem que, sempre que necessário e em caso de dúvida, deve-se procurar um posto do INSS para esclarecimentos. A Previdência informa também que as justificativas mais comuns usadas pelos fraudadores costumam ser o recadastramento dos segurados, a agilização do andamento de processos previdenciários e a liberação de valores atrasados. O assistido não deve fornecer seus dados nem documentos e informar o fato ao INSS (veja quadro). //

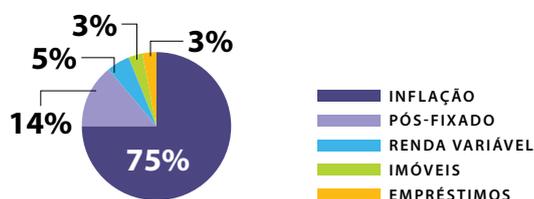
BANORTE EM NÚMEROS

(DADOS DE ABRIL/2014)

Participantes		Posição Patrimonial		(em milhões de reais)	
		Ativo		Passivo	
Ativos	2	Realizáveis	0,1	Exigíveis	2,3
Assistidos*	537	Investimentos	76,8	Operacional	1,1
		Outros	0,9	Contingencial	1,2
				Passivo Atuarial	171,6
				Equilíbrio Técnico	(96,1)
				Déficit Acumulado	(0,5)
				Déficit Equacionado	95,6
Total	539	Total	77,8	Total	77,8

*Inclui pensionistas

Composição dos Investimentos



Resultado Acumulado

no Período		(em milhões de reais)
Contribuições Recebidas	0,7	
Benefícios Pagos	(5,3)	
Resultado dos Investimentos	3,3	
Despesas Administrativas	(0,3)	
Provisões Matemáticas	1,4	
Provisões para Contingências	(0,3)	
Resultado do Período	(0,5)	